

INTRODUÇÃO

Dawisson Belém Lopes

Jamile Mata Diz

Aziz Tuffi Saliba

A Europa, espacialidade continental, acomoda fisicamente, nos limites de sua geografia, a União Europeia, experimento político-institucional único, sem precedente e paralelo na história, que altera, por força de sua importância e magnitude, a própria consistência do Velho Mundo. Estamos, a rigor, diante de um jogo de espelhos, com infinitas reflexões e refrações.

Palco de boa parte das narrativas canônicas, a Europa está marcada pelo signo da integração. Ainda que se possa divisar, hoje, um expressivo séquito de países excluídos do movimento, já são eles a exceção, não a regra. O processo centrípeto, que teve momentos centrífugos, arrebanhou 27 Estados para o seu núcleo – Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chéquia, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Romênia e Suécia –, deixando de fora outros 20 – Albânia, Andorra, Belarus, Bósnia-Herzegovina, Cazaquistão, Islândia, Liechtenstein, Moldávia, Mônaco, Montenegro, Noruega, Macedônia do Norte, Reino Unido, Rússia, San Marino, Sérvia, Suíça, Turquia, Ucrânia e Vaticano. Essa inter-relação de Europa e União Europeia não é

simples e fácil de decifrar, mas absolutamente central para os estudos europeus contemporâneos – como este livro tentará mostrar.

Entender epifenômeno tão crucial para os rumos da região quanto o momentoso “Brexit”, nome dado à recusa da insular Grã-Bretanha, chancelada pelas urnas, em seguir compondo a União, requer compreensão ampla das variáveis geopolíticas e geoeconômicas, dos fatores sociológicos profundos, das relações intra e extrarregionais e, principalmente, da história – a lanterna que ilumina a popa da embarcação, revelando as inúmeras vezes pregressas em que, não existindo concordância plena entre dezenas de povos, tornados Estados territoriais e soberanos, se forjou algum caminho médio para superar o dilema da convivência entre contíguos.

Europa, um estado de espírito

Ainda no ano de 1930, o ministro das Relações Exteriores francês, Aristide Briand, formulou o que seria a primeira proposta para uma “União Europeia”. A iniciativa se inseria nas tentativas de pacificação do continente, numa década marcada por sobressaltos e incertezas. Tamanho foi o fracasso do plano de Briand que, em pouco tempo, irromperia, no coração da Europa, o mais violento dos conflitos de que já houve notícia – a Segunda Guerra Mundial.

O germe da integração continental permaneceu vivo e, a partir da proposta encaminhada por Robert Schuman, em 1950, para a cogestão de recursos de carvão e aço entre França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, instituiu-se a CECA (a Comunidade do Carvão e do Aço), no ano posterior. Bem-sucedido que tenha sido esse primeiro passo, ele não esteve livre de controvérsia: o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, cioso de sua soberania, tratou de manter-se afastado dos arranjos de cooperação, desfalcando de saída a iniciativa,

material e moralmente. Adiante, em 1957, aqueles seis países que compunham a CECA aprofundaram a integração, lançando um Mercado Comum e uma Comissão Europeia de Energia Atômica (Euratom), para atender ao duplo propósito de garantir a paz e o livre comércio. Funda-se, então, a Comunidade Econômica Europeia – CEE (LEWIS, 1993).

O Reino Unido, conquanto se negasse a aderir àquele Mercado Comum, tentava criar uma zona de livre comércio que abrangesse todos os membros da OECE (Organização Europeia para Cooperação Econômica, precursora da OCDE). Perante a recusa francesa, os britânicos concebem, com outros seis países europeus, o *seu* Mercado Comum, denominado Acordo Europeu de Livre Comércio (EFTA).

As décadas de 1960 e 1970 foram pródigas em desencontros no processo de integração da Europa. Ante o êxito da “Europa dos Seis”, o premiê conservador Harold Macmillan solicitou o ingresso do Reino Unido na CEE – pedido vetado, em 1963, pela França de Charles De Gaulle, sob a alegação de que “a natureza, a estrutura e a conjuntura próprias da Grã-Bretanha diferiam das do continente” (VAISSE, 1996, p. 99). Em 1967, é o trabalhista Harold Wilson quem reapresenta o pedido de ingresso da Grã-Bretanha na CEE. Mais uma vez, o presidente De Gaulle o rejeita. Os problemas políticos só são contornados com a ascensão de Georges Pompidou à presidência da França, o que gera condições para a superação de entraves com o Reino Unido. A “espiral positiva” culmina com a assinatura, em 1972, do tratado de adesão à Comunidade Econômica Europeia por Dinamarca, Irlanda, Noruega e Grã-Bretanha. “Europa dos Dez”? Ainda não. Os noruegueses se recusariam, depois de consulta nacional por referendo, a integrar a Comunidade.

Nos anos de 1980, as turbulências permanecem. Apesar de a criação de um Sistema Monetário Europeu, em 1979, ter implicado relativa estabilização das taxas de juros (criação de uma moeda de referência, o *ECU*), os nove países demonstraram

dificuldade em convergir para uma política comum nos planos energético e tecnológico. Afetava-os também a delicada questão da fixação dos preços agrícolas. Em 1984, rebenta uma crise cuja protagonista é a primeira-ministra inglesa Margaret Thatcher, que exige compensação financeira ao Reino Unido pelo montante despendido com os fundos comuns da CEE. Apenas quando superados tais obstáculos, pavimenta-se o caminho para a assinatura do Tratado de Maastricht, fundador da União Europeia, o qual entraria em vigor no ano de 1993.¹ Em 1995, já falávamos da “Europa dos Quinze” (BALDWIN, 2016).

Em 1º de janeiro de 1999, a paridade das moedas é fixada de maneira irrevogável. Instaura-se a “zona do euro”, onde passa a circular a moeda única europeia. Reino Unido, Dinamarca e Suécia optam pela não adesão ao regime de moeda única, sinalizando a subsistência de velhas resistências ao projeto de integração continental total. A disciplina orçamentária, um dos pilares da União Econômica e Monetária, motiva celeumas entre Alemanha e França. Países-membros passam, não raro, a desrespeitar as diretivas do Banco Central Europeu (DE GRAUWE, 2016).

Há, ademais, a espinhosa questão turca, a elusiva política de defesa europeia, as variadas estratégias nacionais para combate ao desemprego estrutural... Essa custosa harmonização econômica e política, não obstante, jamais foi obstáculo intransponível. Em 2004, já eram 25 os sócios do empreendimento. Se fosse um só Estado, a União seria potência de fazer frente a Estados Unidos e China. O que fica mais ou menos sugerido nesta breve narrativa historiográfica é que, contraintuitiva e até paradoxalmente, o projeto de integração nutre-se dos desafios. Os reverses fizeram parte da construção da União Europeia.

¹ É ilusória a versão de que este estágio de integração esteve infenso a dificuldades. Uma ampla reforma da Política Agrícola Comum da Europa fez-se necessária para a transição da Comunidade à União. A polêmica foi tão intensa no interior de alguns Estados que, para se ter uma ideia, a França – sempre ela – aprovaria o documento de Maastricht somente após passar por um referendo que dividiu ao meio a população – 51,05% a favor e 48,95% contra o ingresso na União Europeia.

O motivo aparente para o fenômeno em voga é um só: existe uma Europa que antecede e precede a União Europeia. Tudo começou com um mito, o rapto da filha de Agenor, e evoluiu na direção da *mentalité collective*. A Roma dos céesares já era Europa, bem como as terras governadas pelo imperador Carlos Magno. Não menos Europa era o continente que tentaram reivindicar, a fórceps, Napoleão e Hitler. Estados modernos, nações e nacionalidades, Estados nacionais – tudo isso é produto genuinamente europeu. Além da territorialidade, também existe Europa na lei romana, na doutrina cristã, na cultura secular das Luzes, e no positivismo científico que se sucedeu.

Parece seguro afirmar que o grande projeto europeu assume formatos diferentes ao longo do tempo, da Península Ibérica aos Urais, incluindo em seu bojo até um certo muro construído em Berlim. O substrato comum de ideias e de costumes sempre teimou em desrespeitar as barreiras que se impunham. Poucos ousarão negar o componente de Europa que se encontra em algumas noções como os direitos humanos, a opinião pública, a civilidade, o racionalismo. Como disse, certa feita, o historiador Robert Darnton, a “Europa é, de fato, um estado de espírito” (DARNTON, 2005, p. 91).

Do Atlântico Norte à Eurásia

A transição do século XX para o XXI trouxe consigo desafios de monta. O deslocamento do eixo central das relações internacionais – do Atlântico Norte para a Eurásia – talvez seja a metáfora síntese de um câmbio de hegemonia em processamento.

Forjada na primeira metade do século XX, a aliança entre a grande democracia da América do Norte e dois dos maiores regimes democráticos europeus – França e Inglaterra – balizou a construção do que entendemos, ainda hoje, como sendo a ordem internacional. Por vencerem as guerras mundiais que lutaram,

essas nações tornaram-se, de certa maneira, depositárias das credenciais de legitimidade para erguer as colunas do pós-guerra. Os Estados Unidos – superpotência que se consolidaria com o desfecho da Segunda Guerra – detinham, sozinhos, entre 30 e 50% da economia global nos idos dos anos de 1940 (NASAR, 2011). Engajaram-se ativamente no esforço de reconstrução de uma destruída Europa, primeiramente com o Plano Marshall para recuperação econômica (1948), depois com a aliança de segurança coletiva representada pela OTAN (1949).

A semente plantada pelo governo de Harry Truman frutificou pelas décadas seguintes. Não que da Europa se tenham subtraído a altivez e o gosto pela soberania territorial, mas os alinhamentos de posições com Washington, durante todo o desenrolar da Guerra Fria, eram nítidos. Do aporte de recursos de Marshall nasceria a atual Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sediada em Paris, segunda encarnação institucional, de escopo universalista, da originária Organização Europeia para Cooperação Econômica, fundada em 1948. A OCDE, conjunto de 37 países de várias partes do mundo, com o propósito de coordenar as suas políticas econômicas, segue maciçamente europeia em sua composição (27 dos membros). É, indubitavelmente, uma das principais correias de transmissão do consenso liberal que, alegadamente, estrutura os mercados internacionais.

A evolução da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), por seu turno, ocorreu sob as sombras do conflito bipolar e o imperativo estratégico de conter a expansão soviética para além do que Winston Churchill batizou de “cortina de ferro”. Sediada em Bruxelas, a OTAN ainda se mantém de pé, mas teve a sua missão radicalmente reformulada no início da década de 1990, com o esfacelamento do bloco comunista. Dos 30 membros que ora integram a aliança, 28 estão situados no continente europeu (Turquia inclusive) e 2 na América do Norte. A despeito de

desencontros, esta segue sendo a principal plataforma de diálogo e colaboração militar entre os dois lados do oceano Atlântico. Dificilmente deixará de sê-lo no curto prazo, dada a relutância da União Europeia em constituir as próprias Forças Armadas.

Além desses conhecidos experimentos de associação entre países europeus, cabe mencionar os menos célebres Conselho da Europa, com 47 membros – todos eles europeus –, e a Organização para Segurança e Cooperação Europeia, com 57 membros. Enquanto o primeiro, criado em 1949, volta-se para a proteção dos direitos humanos e está baseado em Estrasburgo, a segunda, sediada em Viena e fundada em 1975, tem por escopo a cooperação em segurança, estendendo os seus tentáculos até a América do Norte e a Ásia Central. Alega-se com frequência que, com a queda do Muro de Berlim, o vetor resultante dos distintos movimentos de integração europeia foi ocidentalizante. Ainda que se conceda o ponto, daí não se depreende que o lado oriental da Europa, capitaneado pela União Soviética, se mantivesse inerte por todo o período da Guerra Fria. Longe disso. O Conselho para Assistência Econômica Mútua, de 1949, e o Pacto de Varsóvia, de 1955, representaram importantes contrapontos aos projetos encampados por Plano Marshall e OTAN (SCHIMMELFENNIG, 2016).

Nesse sentido, uma tendência bastante recente, desencadeada entre 2013 e 2014, com a ação russa que resultou na anexação territorial de uma parte da Ucrânia, em desafio ao direito internacional e ao consenso global estabelecido, tem sido o afastamento de Moscou de um projeto europeu. Em lugar disso, Vladimir Putin, presidente da Federação Russa, lançou as bases para a consolidação da sua hegemonia regional na Ásia Central, o que transforma, na prática, várias das ex-repúblicas soviéticas em satélites. Sob o albergue de institucionalidades como a Comunidade de Estados Independentes e a Organização para a Cooperação de Xangai, dá-se o fenômeno que alguns autores têm

denominado de “regionalismo autoritário” na Eurásia pós-soviética (OBYDENKOVA; LIBMAN, 2019).

A migração do eixo político-econômico-militar para a Eurásia, não obstante, é uma realidade com a qual todos os países do mundo, e a Europa em particular, têm de lidar. A ascensão da China, secundada por outros polos de poder e influência da Ásia (Índia, Japão, Coreia do Sul, Indonésia), vem representando para os europeus uma dramática revisão de mapas mentais. Isso para não mencionar, obviamente, o perigo que mora para além dos Urais – a Federação Russa, fonte constante de preocupações. Bruno Maçães chega a afirmar que a recomposição de forças da Europa, ocorrida com a assinatura do Tratado de Maastricht em 1992, foi sobretudo uma ação tática de sobrevivência, a fim de que o continente pudesse navegar o século XXI e não ser abatido pelos tubarões que o rondavam (MAÇÃES, 2018).

Individualmente, as nações também vão se acomodando à nova realidade. Nos Estados Unidos, Barack Obama instituiu, nos primeiros anos da sua presidência, uma doutrina do “pivô asiático”, com balizas para a estratégia internacional de Washington. Admitia-se tacitamente que a Ásia se tornara o novo centro de gravidade global. Não tardou para que Laurent Fabius, chanceler da França, anunciasse a intenção de equipar as suas embaixadas na Ásia, de maneira que houvesse, já em 2017, mais diplomatas lotados em Pequim do que em Washington – medida sintomática do deslocamento de eixo de poder no século corrente. No Reino Unido, os diálogos diplomáticos com a Índia subiram de patamar. De forma inédita, Nova Délhi parece agora dar as cartas no relacionamento. As manifestações dos dois países, por ocasião do aniversário da partição do subcontinente índico, corroboram a visão sobre um novo equilíbrio de forças. Na Alemanha, a reaproximação com Moscou passou a ser perseguida como objetivo da política exterior. Ao mesmo tempo, Berlim emite sinais inequívocos de que quer um acercamento com Pequim e Nova Délhi,

recebendo com fanfarra os seus dignitários em viagens recentes à Europa (BELÉM LOPES, 2017).

A instanciação dos desafios globais no atual contexto europeu

A temática das migrações, de modo geral, vem reclamando destaque nas agendas políticas, dado seu potencial explosivo. Em diversos países, as discussões causam instabilidade, polêmicas acirradas, enfrentamentos e um crescimento da extrema-direita partidária, a qual propaga, por muitas vezes, violência e terror. Tais novos partidos políticos, caracterizados por críticas ácidas às elites e aos arranjos tradicionais, pelo ultranacionalismo e pela oposição à imigração e à União Europeia, costumavam ser eleitoralmente marginais quando surgiram, por volta dos anos de 1970. O emblemático candidato francês Jean-Marie Le Pen, do partido Front National (FN), conquistou menos que 1% dos votos em sua primeira disputa presidencial, em 1974. Le Pen sequer conseguiu reunir o número mínimo de assinaturas necessárias para se lançar novamente candidato nas presidenciais de 1981. Contudo, desde a criação, em 1972, o FN cresceu em diferentes níveis, conquistando espaço a partir dos pleitos para o Parlamento Europeu e em eleições locais. Hoje, sob a nova alcunha de Rassemblement National, é uma das principais agremiações da França. Sua atual líder, Marine Le Pen, filha de Jean-Marie, obteve 21,30% dos votos válidos no primeiro turno das presidenciais francesas de 2017, levando o FN a disputar um segundo turno pela segunda vez em sua história.

O fenômeno de crescimento da direita radical populista adquiriu proporções continentais. Seus membros estão presentes, inclusive, nas instituições da União Europeia. Siglas que compõem o grupo melhoram seus resultados eleitorais desde meados dos anos de 1980, e aceleraram seu crescimento mais

recentemente. Receberam, em média, 16% dos votos nas últimas eleições legislativas nacionais em toda a Europa. Além da presença de partidos populistas da direita radical no Parlamento Europeu e em legislativos nacionais, alguns representantes do conjunto já ocuparam ou ocupam posições no governo, como membros formais ou informais de coalizões, incluindo-se aí a Itália, a Áustria, a Holanda, a Finlândia, a Noruega, a Dinamarca, a Polônia e a Hungria.²

Não se tem passado impunemente pelo espírito do tempo. Até a literatura nos países europeus vem refletindo as preocupações e tensões em torno do tema, e a voz dos próprios imigrantes, que ressoa nos textos, expõe, muitas vezes, narrativas baseadas em suas excruciantes experiências de vida. A língua do país de residência, portanto, interpela o humano e se faz ouvir para além das fronteiras nacionais.³ No cotidiano do Velho Mundo, problemas associados a raça e racismo cultural também são recorrentes. Um caso que tem merecido estudos acadêmicos é o do povo cigano, porquanto nômade e onipresente no continente. A negação de seus direitos, associada a diferentes manifestações de hostilidade e a estigmas sociais, marca a longa trajetória da comunidade andarilha.⁴

Outro complexo desafio, para o qual queremos chamar a atenção nos limites desta coletânea, remete ao crescimento, na Europa, da criminalidade econômica envolvendo obras de arte. A relativa impotência do Poder Público tem convocado a iniciativa privada a desempenhar, por delegação do Estado, determinadas funções de *compliance*, notadamente na proteção do patrimônio cultural, coibindo práticas ilegais.⁵ Além do enquadramento legal dessa operação, que pede discussão cuidadosa, há outras tópicas associadas. Autores vêm rediscutindo o relacionamento

² Ver o Capítulo 8 desta coletânea.

³ Ver o Capítulo 6 desta coletânea.

⁴ Ver o Capítulo 7 desta coletânea.

⁵ Ver o Capítulo 11 desta coletânea.

entre público e privado na gestão cultural também no campo da arquitetura e do urbanismo. Sob o olhar da “mistura social”, questionam os usos e apropriações do espaço pelas autoridades públicas, bem como o que é deixado para outros atores (associações e coletivos, moradores, usuários). O equilíbrio nunca é trivial – seja em Lille, na França, seja em Belo Horizonte, no Brasil.⁶

Se sempre há um lado positivo em toda narrativa, aqui vamos tentar resgatá-lo. Quanto à cultura, quer-se enfatizar o caso bem-sucedido das “cidades criativas” – concebidas no bojo da rede mantida pela UNESCO e, ainda, no marco conceitual dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU – e o seu impacto na atividade econômica de lugares tão diferentes quanto Idanha-a-Nova, em Portugal, e Dublin, na Irlanda.⁷ Do ponto de vista do acesso a direitos, abordagens contemporâneas dão conta de que a Iniciativa de Cidadania Europeia, um instrumento de participação popular introduzido na União Europeia e reforçado pelo Tratado de Lisboa (2007), foi exitosa na mitigação do déficit democrático europeu, com um papel especial jogado pela Comissão Europeia, por força de seu monopólio operacional sobre a proposição legislativa e o processo de admissibilidade das iniciativas populares, reforçando-se, de forma retroflexa, os próprios objetivos propostos no Tratado de Lisboa.⁸ Ou seja: salvo melhor juízo, há o que celebrar.

Desafios abundam nas mobilizações da tecnologia em território europeu. O emprego de inteligência artificial (IA) e de robótica, nas diversas áreas da saúde, tem levantado questionamentos inéditos e pedido reinterpretação dos textos jurídicos e dos limites abertos à ação humana. A União Europeia, tal como o resto do mundo, pretende tirar partido do potencial da IA, que se atualiza a um ritmo acelerado, aplicando-se a sistemas que

⁶ Ver o Capítulo 12 desta coletânea.

⁷ Ver o Capítulo 10 desta coletânea.

⁸ Ver o Capítulo 9 desta coletânea.

apresentam comportamento inteligente e são capazes de analisar o ambiente e tomar medidas, com um determinado nível de autonomia, alcançando objetivos específicos. É na cibermedicina, sobretudo, que o crescimento da capacidade de computação, a disponibilidade dos dados e o progresso em relação aos algoritmos transformaram a IA numa das novidades contemporâneas com maior impacto. Esta realidade veio provocar uma ruptura na relação entre o paciente e o profissional de saúde, pondo em causa a garantia da confidencialidade e exigindo revisão dos padrões éticos e jurídicos.⁹

No flanco da educação, a incorporação tecnológica às novas rotinas traz ponderações de outra ordem. O caso avaliado, na Normandia francesa, do Building Information Modelling (BIM), é importante. Trata-se de um sistema que permite representar digitalmente as características físicas e funcionais de uma instalação, a partir da criação de uma plataforma de dados compartilhados. No entanto, existem poucos agentes qualificados para lidar com as demandas do BIM, pois a ferramenta é pautada em uma nova maneira de organização do trabalho, envolvendo equipes colaborativas interdisciplinares, com compreensão abrangente de todo o processo construtivo. Dessa forma, o rompimento com o ensino tradicional, compartimentado em disciplinas, faz-se necessidade premente, que exige uma transição profunda, na qual o referido BIM possa servir de catalisador.¹⁰

Uma dimensão final, a da sustentabilidade, recebe neste livro o triplo olhar da produção de alimentos, da geração de energia e do manejo de risco ambiental. Dada sua centralidade para o projeto de edificação da União Europeia, a Política Agrícola Comum reclama avaliação minuciosa. A UE ocupa a posição de maior exportadora mundial de bens agroalimentares, em sua maioria processados (cerca de 75%), como vinhos, cereais, carnes, azeite

⁹ Ver o Capítulo 4 desta coletânea.

¹⁰ Ver o Capítulo 5 desta coletânea.

e produtos lácteos, a despeito da tendência de pequena participação média da agricultura nas economias dos Estados-membros (atualmente, em torno de 1,5% do PIB) e no total de empregos (a taxa média corresponde mais ou menos a 4,5% da população economicamente ativa). Em 2017, a UE exportou 159 bilhões de dólares americanos, ou 13,9% das exportações totais no mundo. O comércio extrarregional de bens agroalimentares, de maneira geral, cresceu 124% do período de 2006 a 2016, tornando a UE um *major player* do comércio global do setor. Urge entender o funcionamento do setor agrícola europeu, sob pena de fazer fracassar o acordo birregional com o Mercosul, celebrado em 2019.¹¹

Como os casos alemão e dinamarquês bem podem ilustrar, muitas das medidas específicas adotadas sobre políticas energéticas revelam contradições e representam obstáculos significativos para o alcance da transição energética na União Europeia. A necessidade de estabelecer metas para o período pós-2020 foi impulsionada pela evolução do regime internacional de mudanças climáticas, em particular o acordo de Durban de 2011, para iniciar negociações e substituir o extinto Protocolo de Kyoto. Porém, a crise financeira e suas consequências econômicas e orçamentárias alimentaram debates sobre o custo dos programas de apoio às energias renováveis, que foram responsabilizados pelo aumento dos preços da eletricidade em vários Estados. Esse contexto acabou afetando as discussões subsequentes sobre as metas para 2030, fazendo com que a promoção das energias renováveis perdesse ímpeto no nível supranacional.¹² A Europa ainda se vê às voltas com a decisão da China, principal país importador de resíduos plásticos até o ano de 2018, de banir esse tipo de elemento do seu território, desencadeando impactos econômicos e jurídicos por toda a extensão do globo terrestre. Sobreveio, pois, uma mudança abrupta e imediata da estratégia

¹¹ Ver o Capítulo 2 desta coletânea.

¹² Ver o Capítulo 1 desta coletânea.

da União Europeia para lidar com o lixo produzido nos seus confins, com modificação em todo o seu regramento pertinente, cujas consequências empíricas são muito difíceis de estimar.¹³

Os desafios concretos em domínios cognitivos tão vastos como os direitos humanos, a educação, a cultura, a saúde pública, a governança, as fronteiras tecnológicas e a sustentabilidade expõem uma Europa que ultrapassa – e muito – os clichês a seu respeito. O exercício de sobrevoos a ser realizado nos 12 capítulos que se sucederão, a um só tempo históricos e multidisciplinares, permite acessar as várias facetas da região, evadida pela utopia da fraternidade continental, mas também fraturada em tantas dimensões. Desejamos-lhes, caros leitores, um percurso agradável e enriquecedor. Estamos convencidos de que o será.

Referências

BALDWIN, R.; WYPLOSZ, C. *The Economics of European Integration*. Londres: McGraw Hill, 2016.

BELÉM LOPES, D. Temer já vai tarde (para a Ásia). *O Estado de S.Paulo*, 1º set. 2017. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/temer-ja-vai-tarde-para-a-asia/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

DARNTON, R. *Os dentes falsos de George Washington*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DE GRAUWE, P. *Economics of Monetary Union*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

LEWIS, D. *The Road to Europe*. New York: Peter Lang, 1993.

MAÇÃES, B. *The Dawn of Eurasia*. London: Penguin, 2018.

NASAR, S. *A imaginação econômica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

OBYDENKOVA, A.; LIBMAN, A. *Authoritarian Regionalism in the World of International Organizations*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

¹³ Ver o Capítulo 3 desta coletânea.

SCHIMMELFENNIG, F. Europe. *In*: BÖRZEL, T. A.; RISSE, T. (ed.). *The Oxford Handbook of Comparative Regionalism*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

VAISSE, M. *As relações internacionais desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 1996.